



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações acerca do avanço de facções criminosas na exploração de crimes ambientais na Amazônia.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero seja encaminhado a Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima informações acerca do avanço de facções criminosas na exploração de crimes ambientais na Amazônia. Assim, questiono:

1. Quais ações específicas estão sendo adotadas pelo Governo Federal para combater a atuação de facções criminosas em crimes ambientais na Amazônia?
2. Existe integração entre órgãos ambientais e forças de segurança no enfrentamento dessas organizações? Como se dá essa articulação?
3. Quais são os principais focos atuais de atuação dessas facções (garimpo, madeira, grilagem, etc.) e quais regiões são mais afetadas?
4. Existem ações voltadas ao combate à lavagem de dinheiro oriunda de crimes ambientais?
5. Quais políticas públicas estão sendo desenvolvidas para substituir economias ilegais por alternativas sustentáveis na região amazônica?

Justificativa



Estudos recentes apontam uma preocupante mudança no perfil de atuação do crime organizado na Amazônia, que passa a investir fortemente em atividades ilícitas relacionadas à exploração de recursos naturais, como garimpo ilegal, desmatamento, grilagem de terras e extração ilegal de madeira. Essas práticas têm se tornado altamente lucrativas e passaram a integrar o portfólio econômico de facções criminosas, ampliando a degradação ambiental e os conflitos na região .

Dados internacionais indicam que cerca de 91% da perda florestal na Amazônia brasileira está associada a atividades ilegais, frequentemente organizadas por redes criminosas estruturadas, o que demonstra a gravidade da situação e a conexão direta entre crime organizado e destruição ambiental .

Além dos impactos ambientais, esse cenário também intensifica a violência, ameaça comunidades tradicionais e indígenas, e fragiliza a governança ambiental. A Amazônia tem se tornado palco de uma economia ilícita diversificada, que inclui mineração ilegal, tráfico de madeira, pesca predatória e até lavagem de dinheiro proveniente de outras atividades criminosas .

A expansão dessas organizações evidencia falhas na fiscalização e na presença do Estado, criando um ambiente propício para a consolidação de verdadeiras redes criminosas que operam de forma integrada e transnacional, ampliando significativamente os danos ambientais e sociais.

Diante desse cenário alarmante, torna-se imprescindível compreender quais medidas estão sendo adotadas para conter o avanço dessas facções sobre os recursos naturais da Amazônia e fortalecer a proteção ambiental.

Brasília, 15 de abril de 2026.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

